



Cinquenta anos de evolução na abordagem à sustentabilidade

Portugal mudou ao longo das últimas cinco décadas. Foram implementadas transformações estruturais nas esferas económica, social e política. Do ponto de vista ambiental, o país também evoluiu de uma quase ausência de preocupações para um perfil de 'bom aluno' da sustentabilidade, um país que segue as boas práticas internacionais e que hoje se posiciona no 18º lugar no *ranking* mundial do desenvolvimento sustentável.

POR ANDREA VALENTE E ISABEL MARQUES, GRUPO DE TRABALHO ESG DA AICEP

Se o ano de 1974 marcou o início de um período de transição para a democracia, foi a integração na então designada Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, que delimitou o início de uma nova fase na história económica do país. Contudo, e à semelhança de padrões evidenciados noutros países da União Europeia (UE), começaram também a surgir preocupações relativamente ao perfil de dependência económica em determinados setores. Sobretudo a partir de

finais da década de 1990, tornaram-se visíveis as crescentes desigualdades sociais e a preocupação com a sustentabilidade ambiental, advinda da proliferação de práticas nocivas para as sociedades e para a própria economia.

A crise económica e financeira mundial iniciada em 2008 trouxe para a Europa, e para Portugal em particular, consequências profundas, dando o mote para a introdução de políticas de austeridade e de reformas estruturais para

restaurar a sustentabilidade financeira do país. Tornava-se, neste contexto, ainda mais premente a necessidade de implementar estratégias de desenvolvimento que encarassem de forma integrada a dimensão económica, a dimensão social e a dimensão ambiental. Por esta razão, sobretudo ao longo da última década, e mais recentemente, como resposta aos desafios da pandemia Covid-19, Portugal tem vindo a apostar na transição para uma economia mais verde, inclusiva e sustentável

através de um investimento na educação, na tecnologia e inovação. Aqui radica a lógica e o espírito do Plano de Recuperação e Resiliência português.

Aprender com a história recente e com as práticas nocivas

O posicionamento de Portugal em lugares cimeiros dos *rankings* do desenvolvimento sustentável é produto de uma estratégia que pretende contribuir para uma economia e sociedade mais resiliente e ambientalmente sustentável. E esta visão é fruto de um conjunto de exigências, tanto internas como externas. Decorre, por um lado, da observação dos efeitos nefastos que um conjunto de práticas económicas e empresariais reiteradas trouxe para o ambiente, contribuindo para a destruição de ecossistemas e para a agudizar das alterações climáticas. Apesar de hoje ser difícil de imaginar, sobretudo para as camadas mais jovens, em Portugal era frequente a ocorrência de incidentes ambientais que, estando na origem de alguns escândalos mediáticos, serviram, contudo, para despertar a opinião pública e exigir respostas por parte das autoridades.

Na década de 1990 foram vários os casos de descargas de resíduos no mar ao longo da costa portuguesa. Em 1999, por exemplo, houve um derramamento de petróleo ao largo da costa de Matosinhos, causando danos ao ecossistema marinho e atividades pesqueiras, depois de, em 1996, ter havido fugas de crude para estações de tratamento de águas residuais na mesma zona. Também o rio Tejo, maior rio da Península Ibérica, era conhecido pelos problemas de poluição industrial. Em 1998, houve um grande derramamento de produtos químicos no rio, causando danos significativos para a vida aquática e meio ambiente, mas mais recentemente, em 2015, a Quercus veio

considerar a poluição do rio como um dos piores factos ambientais desse ano. Ao longo do território nacional, sobretudo em áreas urbanas e industriais, foram vários os casos de contaminação do solo e da água devido a atividades industriais, gerando preocupação com a saúde pública e a necessária introdução de medidas de mitigação ambiental. A poluição atmosférica em algumas cidades, como Lisboa e Porto, é uma preocupação incontornável, que está na base das exigências das populações relativamente à melhoria da qualidade do ar.

A ocorrência frequente de incêndios também se encontra na lista dos incidentes ambientalmente mais preocupantes em Portugal, numa análise histórica. O incêndio ocorrido em 2017 foi dos mais graves, resultando inclusivamente em dezenas de mortes e em danos extensivos nos habitats naturais. Foi um dos eventos que mais debate nacional gerou sobre o impacto das políticas e da necessidade de uma estratégia responsável por parte da classe governativa. Exemplos adicionais são os respeitantes aos projetos de infraestruturas, considerados ambientalmente e socialmente controversos pelo seu impacto no ambiente e nas comunidades.

Nova regulamentação, nova mentalidade

A ocorrência de práticas nefastas não acaba por decreto. Por outro lado, as ações que anteriormente eram correntes não viram os seus efeitos circunscritos no tempo e no espaço. Exigem uma mudança estrutural na forma como produzimos, consumimos e reutilizamos, por forma a mitigar ou adaptar a economia e formas de organização da sociedade aos novos desafios ambientais.

Por isso, Portugal está hoje a adotar estratégias no sentido de destacar a importância da proteção ambiental

e da gestão sustentável dos recursos naturais para garantir a saúde e o bem-estar das comunidades e a preservação do meio ambiente. Aqui se inserem, por exemplo: o compromisso em acelerar a concretização do Plano Nacional Energia e Clima 2030 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050; o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) apresentado em 2017; e várias outras Agendas no âmbito da Estratégia Portugal 2030.

Neste sentido, é hoje cada vez mais difícil para as empresas negligenciarem a necessidade de estratégias de sustentabilidade. É hoje imperativo que as empresas enveredem por políticas que equacionem simultaneamente a forma como as suas atividades irão afetar o ambiente, bem como a forma como os fatores ambientais terão influência na continuidade ou descontinuidade dos seus modelos de negócio (análise da materialidade).

Em cinquenta anos, o país e as empresas evoluíram visivelmente na forma como veem a economia e papel das empresas, no cruzamento com o ambiente e a sociedade. Evoluíram porque o curso do desenvolvimento económico estava a dirigir-se no sentido da destruição das fronteiras planetárias; porque as novas regulamentações internacionais exigem um reporte financeiro e não financeiro relacionado com o clima (ESG); porque os consumidores e a sociedade civil em geral estão cada vez mais atentos à performance sustentável das empresas e das organizações; e porque se torna cada vez mais claro que as organizações sustentáveis são mais resilientes a situações de crise.

Cinquenta anos de democracia trouxeram a Portugal uma maturidade política. Entendida como o amadurecimento responsável da interação entre as dimensões económica, ambiental e social, a sustentabilidade é o outro lado dessa mesma moeda. ●